

Municípios paraenses perdem dinheiro para investimento

Municípios recebem primeira parcela de junho do FPM

O Ministério da Saúde suspendeu a transferência de recursos para 21 cidades do Estado do Pará. De acordo com o informado pela pasta, as administrações municipais não declararam os gastos com saúde no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS). As prefeituras deixarão de receber, no total líquido, R\$ 6,9 milhões. Esse dinheiro está relacionado às transferências voluntárias e constitucionais da União para municípios e Estados, conforme previsto na Lei Complementar nº 141/2012 e compõe, portanto, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Ao todo, 245 municípios brasileiros terão suspensos mais R\$ 101 milhões.

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) acredita que a medida adotada pelo Ministério da Saúde extrapola a Lei Complementar nº 141/2012. Isso se dá por interpretação da legislação e a aplicação do Decreto nº 7.827/2012. “De acordo com a Lei Complementar, a suspensão dos recursos só ocorrem quando o Ente deixar de cumprir as regras do condicionamento, o que não é o caso”, diz Paulo Ziulkoski, presidente da CNM.

Para a Confederação, o fato de não informar ou homologar os dados do Siops não são motivo legal para a suspensão das transferências, uma vez que a própria legislação faz a previsão de que outras formas de fiscalização e acompanhamento dos investimentos em saúde são preservados, como no casos dos órgãos de controle, como os Tribunais de Contas. Os investimentos em saúde também podem, segundo a CNM, ser fiscalizados pelo Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), disponíveis à Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

A entidade não concorda com a medida adotada pelo Ministério da Saúde em relação as transferências constitucionais e, alerta o governo federal quanto ao “caos” que poderá ser

causado na saúde brasileira. Além do subfinanciamento dos programas federais já comprovados pelos estudos publicados pela CNM e da ausência da metodologia de transferências dos recursos federais e estaduais para os municípios, a suspensão dos poucos recursos das transferências constitucionais inviabilizará, de acordo com a Confederação, a manutenção das ações e serviços de saúde.

O governo federal anunciou ontem, também, a transferência, aos municípios paraenses, da primeira parcela de junho de 2014 do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no total de R\$ 10,8 milhões. Esse valor é R\$ 289 milhões superior ao montante repassado aos cofres das cidades no primeiro pagamento de junho de 2013. A verba depositada ontem corresponde à primeira sequência de dez dias do mês atual – o primeiro decêndio. A soma distribuída entre todas as cidades do País, nesse decêndio, foi de R\$ 3 bilhões, já com o desconto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O FPM é uma transferência constitucional da União para os Estados e o Distrito Federal, composto de 22,5% da arrecadação do IR e do IPI. O dinheiro é repartido entre os municípios seguindo normas legitimadas legalmente e acompanhadas pelo Tesouro Nacional, pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e também pela Receita Federal. O cálculo para chegar aos valores repassados às cidades leva em consideração, entre outras questões, como a renda per capita, o tamanho e a localização da cidade, a faixa de habitantes. O resultado da conta gera coeficientes entre os quais são divididas as cidades e acertadas as somas a serem recebidas por cada prefeitura.

Os coeficientes variam de 0,6 a 3,6, sempre de 0,2 em 0,2 ponto. Quanto menor o coeficiente, menor a população. No Pará, a distribuição dos valores variou de R\$ 216,9 mil (coeficiente 0,6) a R\$ 1,2 milhão (coeficiente 3,6), em relação ao pagamento da primeira parcela do FPM.

Estimativa da CNM indica que o primeiro repasse nacional do

mês vai ser 1,6% menor do que o repasse feito em 2013. Isso em termos brutos e nominais, e sem considerar a inflação. Em termos reais e em relação ao ano passado (R\$ 2,4 bilhões) , o Fundo apresentou redução de 7,3%. Ainda segundo levantamento da Confederação, o FPM apresenta crescimento de 4,8%, no acumulado de 2014, em termos reais. Com esse novo repasse, o Fundo soma R\$ 38,624 bilhões até agora, enquanto o acumulado foi de R\$ 36,854 bilhões no mesmo período do ano anterior.

A previsão da Receita Federal do Brasil (RFB) é de que o repasse do Fundo de junho será 16% menor do que o de maio. No entanto, essa é apenas uma estimativa, e está sujeita a alterações. A CNM lembra os gestores municipais que de junho a outubro, historicamente, o Fundo tem o repasse menor. O conselho é para que façam o controle das despesas a fim de enfrentar os próximos meses.

Por: Rafael Querrer (Sucursal Brasília)

**Publicado por Folha do Progresso fone para contato Cel. TIM:
93-81171217 e-mail para contato:
folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br**